



**PODER
Executivo**
⊗ Legislativo

imprensaoficial

Barra do Piraí

Boletim Municipal

Travessa Assumpção • 69

Centro

Barra do Piraí

CEP. 27123.080

Tel. (24) 2443.1102

ANO 05 • Nº 313 • Barra do Piraí, 22 de dezembro 2009 • R\$ 0,50

www.pmbp.rj.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GOVERNO

LEI MUNICIPAL Nº 1596 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013 e dá outras providências.

Art. 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013 em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 2º - O Plano Plurianual define o Macro-objetivo da administração para o período citado no artigo antecedente sendo o seguinte: "BARRA DO PIRAI NO RUMO DA MODERNIDADE E DO DESENVOLVIMENTO"

Art. 3º - Os objetivos estratégicos a serem alcançados pelo Plano Plurianual são:

I- Crescimento a partir do Desenvolvimento Econômico integrado, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais.

II- Ampliar a visibilidade, visando atrair novos investidores para o município.

III- Aumentar a competitividade dos produtos e serviços ofertados pelo município e região.

IV- Fortalecer a geração de emprego e renda e melhorar as relações e condições de trabalho.

V- Promover o desenvolvimento da agricultura, com inclusão do desenvolvimento rural integrado;

VI- Efetivar atividades que fortaleçam a participação popular no processo democrático de gestão pública;

VII- Estruturar e otimizar rede de comunicação e de informação;

VIII- Garantir um saneamento básico adequado aos municípios;

IX- Implementar amplo acesso de informação quanto ao potencial turístico do município e desenvolver sua infra-estrutura;

X- Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população.

XI- Promover acesso de qualidade à seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência).

XII- Proporcionar a Valorização do Servidor Público;

XIII- Inclusão Social e redução das desigualdades Sociais;

XIV- Implantar a modernização da Gestão Pública.

XV- Implementar a política municipal de habitação;

XVI- Fortalecer a difusão cultural e incrementar a prática do esporte;

XVII- Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade com ênfase no meio ambiente e na qualidade de vida da população;

XVIII- Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo inclusão digital.

XIX- Promover a redução das desigualdades raciais, com ênfase na valorização Cultural das etnias.

XX- Implantar projetos de segurança próprios e de auxílio a outros entes da federação;

XXI- Manutenção da câmara municipal;

XXII- Garantir uma estrutura viária adequada dentro dos limites do município;

XXIII- Promover a Defesa do Interesse Público e o

Cumprimento da Lei.

Art. 4º - Os Programas de Ação da Administração Pública Municipal, constantes do Anexo II, constituem-se nos instrumentos de organização das ações a serem desenvolvidas pelo Poder Público Municipal no período compreendido no Plano Plurianual.

Parágrafo Único: Como base para formação das políticas públicas estabelecidas no Anexo II, foi elaborado Anexo I, constando deste, estudos técnicos relevantes acerca da cidade, de sua formação e dos aspectos sociais mais relevantes para definição dos objetivos, metas e resultados buscados pelos projetos e atividades do governo.

Art. 5º - As metas físicas estabelecidas para o período do Plano Plurianual constituem-se em limite de programação a ser observado em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias e em cada Lei Orçamentária, assim como em propostas para créditos adicionais.

Art. 6º - Os valores consignados a cada ação são referenciais e não se constituem em limites à programação das despesas expressas em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias e em cada Lei Orçamentária, assim como em propostas para créditos adicionais.

Art. 7º - Os recursos que financiarão a programação constante no Plano Plurianual são oriundos de fontes próprias do Município, de suas Autarquias e Fundações, das transferências constitucionais, das operações de crédito firmadas, dos convênios com o Estado e a União e de parcerias com a iniciativa privada.

Art. 8º - A inclusão de novos programas bem como a exclusão ou alteração dos programas definidos nesta Lei serão propostos pelo Poder Executivo por meio de Decreto de revisão anual ou de revisões específicas.

§ 1º - As leis de diretrizes orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais, ao estabelecerem as prioridades e atividades, respectivamente, para o

PODER EXECUTIVO

Prefeito
JOSÉ LUIZ ANCHITE

Vice-Prefeito
MAÉRCIO FERNANDO OLIVEIRA ALMEIDA

Secretária Municipal de Governo (INTERINO)
HEITOR FAVIERI FILHO

Procurador do Município (INTERINO)
HEITOR FAVIERI FILHO

Secretário Municipal de Administração
WELLINGTON MARTINS MARCONDES

Secretário Municipal de Fazenda
FRANCISCO CRUZ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação
PAULO ROBERTO COSTA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Assistência Social
THELMA NORA RISKALLA ANCHITE

Secretário Municipal de Obras, Água e Esgoto
ADALBERTO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Serviços Públicos
ANTONIO DOS SANTOS FILHO

Secretário Municipal de Saúde
JOSÉ ADELIO VIEIRA TEIXEIRA

Secretária Municipal de Educação e Desporto
ANNA MARIA DE AZEVEDO SILVA ROTHE

Secretário Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Turismo, Lazer e Cultura
ROBERTO MONZO FILHO

Consultor Jurídico
HEITOR FAVIERI FILHO

Secretária Municipal de Recursos Humanos
EDNA TEREZA ANCHITE ROCHA

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura
MADALENA SOFIA ÁVILA CARDOSO DE OLIVEIRA

Diretor do Fundo de Previdência
ROBERTO BICHARA DE MELO

Controlador Geral do Município
CARLOS HENRIQUE DE SOUZA MATTOS

Controlador Geral da Saúde
GLAUCIO LOPES DE ARAUJO

PODER LEGISLATIVO
Mesa Executiva

Luiz Roberto Coutinho - Tostão
Presidente

Espedito Monteiro de Almeida
1º Vice Presidente

Cleber Paiva Guimarães
2º Vice Presidente

Mario Reis Esteves
1º Secretário

Joel de Freitas Tinoco
2º Secretário

Vereadores
Cleber Bezerra da Silva (Cleber do Areal)
Gustavo de Carvalho Horta Jardim
Paulo Gonçalves da Cruz Coelho
Pedro Fernando de Souza Alves
Ronaldo da Silveira Machado
Vicente Gonçalves do Nascimento

exercício seguinte, poderão promover ajustes no PPA desde que guardem consonância com as diretrizes estratégicas do Plano e com seu cenário de financiamento, mantendo-se os ajustes efetuados nos exercícios subseqüentes.

§ 2º - Considera-se alteração de programa:

I - modificação da denominação, do objetivo, do público-alvo e dos indicadores e índices;

II - inclusão ou exclusão de ações e produtos;

III - alteração de título da ação orçamentária, do produto, da unidade de medida, das metas e custos.

Art. 9º - As codificações de programas e ações deste Plano serão observadas em cada Lei de Diretrizes Orçamentárias, em cada Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. Os códigos a que se refere este artigo prevalecerão até a extinção dos programas e ações a que se vinculam.

Art. 10 - O Plano Plurianual e seus programas serão permanentemente acompanhados e anualmente

avaliados.

§ 1º - A avaliação do PPA será realizada com base nos objetivos, no desempenho dos indicadores previstos em cada Programa e no atingimento das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas pela Secretaria de Planejamento.

§ 2º - Para o atendimento do disposto neste artigo, o Poder Executivo instituirá Sistema de Acompanhamento e de Avaliação do Plano Plurianual, sob a coordenação da Controladoria Geral do Município.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

JOSÉ LUÍS ANCHITE
Prefeito Municipal

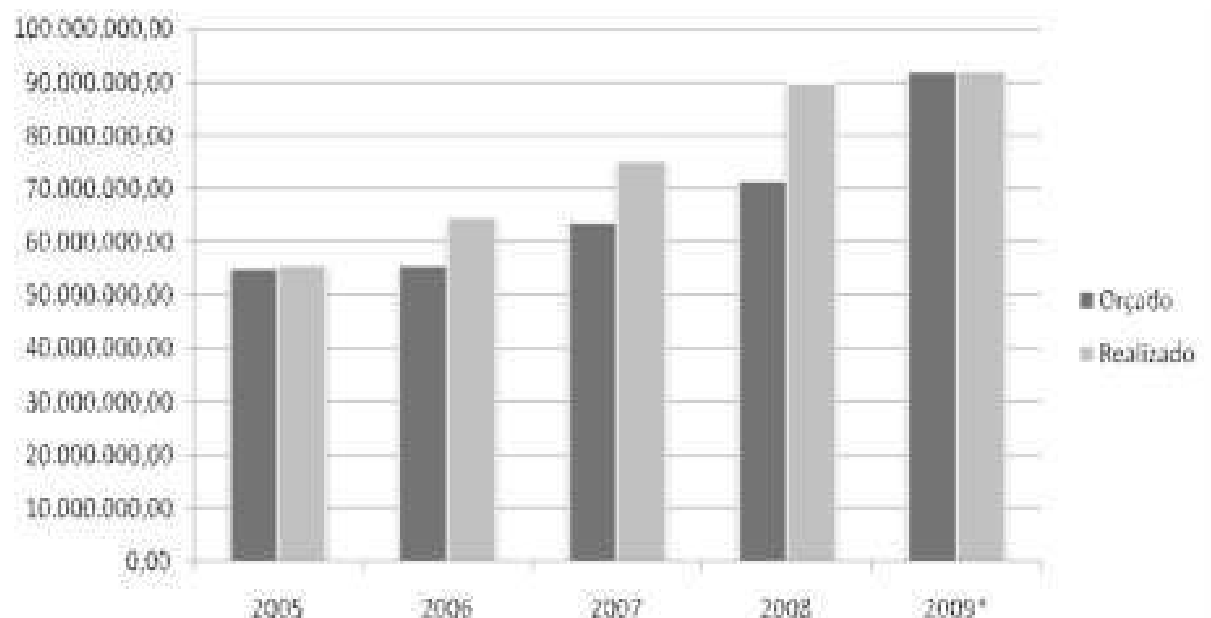
Mensagem nº 035/GP/2009

Projeto de Lei nº 078/2009

Autor: Executivo Municipal

Progressão das Receitas Orçamentárias

	2005	2006	2007	2008	2009*
Orçado	55.130.795,43	55.607.779,52	63.668.953,96	71.409.253,76	91.967.498,95
Realizado	55.563.064,57	64.385.930,50	75.184.093,49	89.648.326,06	91.967.498,95



* receita de 2009 estimada, considerando que o exercício ainda não findou

Percentual de Evolução das Receitas Orçamentárias Realizadas

	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)*
Realizado (%)	15,88	16,77	19,24	2,59

EXPEDIENTE

BOLETIM DA BARRA

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí
Secretaria Municipal de Governo
Assessor de Comunicação Social
Jornalista Responsável: Ana Cristina Moreira
Gonçalves de Oliveira - Mat. 19732/95 - MTB
Impressão: R.G.B. Moura Serv. Gráficos Ltda.

Verifica-se que do exercício de 2005, até a estimativa do Orçamento de 2009, ocorreu uma evolução das receitas orçamentárias de 66,82%, representando número superior à inflação média de todo o período.

Esta elevação se justifica pela eficiência desta administração na cobrança e arrecadação dos tributos de sua competência, inclusive os inscritos em dívida ativa; pela busca por recursos do Governo Federal e Estadual para realização de diversos projetos e obras de relevância para toda a população; pela elevação das receitas dos Royalties que somente foi possível pela iniciativa desta Administração em ação demandada junto à Agência Nacional do Petróleo – ANP; pelo crescimento populacional medido no último censo que proporcionou a elevação de nosso IPM (índice de participação dos municípios nas receitas da união); pela chegada de novas empresas e expansão das existentes (que somente ocorreu pelas condições favoráveis oferecidas pela Prefeitura aos empresários, inclusive com incentivos fiscais e estruturais), aumentando nossa participação no ICMS Estadual e outras receitas como ISS, IRPF, IPVA; pela redução nos dados de evasão escolar no município, que conseqüentemente representaram elevação no número de crianças e jovens matriculadas em nossas escolas, gerando em contrapartida, o aumento na receita do FUNDEB; pela elevação da Saúde municipal à categoria de Gestão Plena, que elevou sobremaneira as receitas daquele órgão, passando a receber os recursos que devem ser repassados aos hospitais pela sua produção de média e alta complexidade; pela própria elevação dos investimentos da prefeitura em execução de obras e serviços com empresas da cidade, que geram empregos e divisas para o próprio município, e por diversos outros fatores de ordem social e econômica gerados pela transformação da cidade.

Nesse sentido, relevante destacarmos que a elevação do orçamento da cidade do exercício de 2005 (R\$ 55.563.064,57) para o primeiro ano previsto do PPA, ou seja, 2010 (R\$ 100.077.057,22) representa percentual de 80,11%, muito superior à média inflacionária brasileira, que do período de 2005 a set/2009 registrou variação de pouco mais de 23%.

3- LEVANTAMENTOS SOCIAIS - LEITURA DA CIDADE

Aspecto fundamental da elaboração de uma lei como o Plano Plurianual é a definição das demandas da sociedade para qual se pretende prestar os respectivos serviços. É esse, enfim o objetivo da administração pública, atender ao interesse social mais relevante, governando de forma democrática e participativa.

O que se pretende à seguir, inicialmente, é a definição dos problemas mais relevantes para a população de Barra do Piraí, utilizando-se dos estudos já elaborados durante o processo de formação do Plano Diretor participativo, encerrado no início de 2008.

3.1- LEITURA COMUNITÁRIA

I) TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

1. Falta de segurança para os pedestres;
2. Falta de acostamento e sinalização na RJ 145;
3. Preço elevado das passagens de ônibus;
4. Rodoviária atrapalha o trânsito e deve sair do centro da cidade;
5. Asfaltamento da estrada que liga o bairro Parque Santana a Transportadora Barrense;
6. Instalação de pardais ao longo da RJ 145;
7. Estudo técnico do trânsito da cidade;
8. Diminuição do número de táxis no centro;
9. Calçadas estreitas e irregulares;
10. Proibir que os veículos estacionem nas calçadas;
11. Falta de estacionamento;
12. Liberação da Ponte Metálica para trânsito pesado;
13. Incentivar a execução do anel viário;
14. Construção de pontes e viadutos;
15. Construção de passarelas sobre a linha férrea;
16. Melhoria da pavimentação das ruas dos bairros;
17. Ônibus circulares;
18. Pavimentação da estrada que liga o distrito de São José do Turvo ao distrito de Dorândia;
19. Fácil acesso aos pontos turísticos;
20. Falta de calçadas, ciclovias, sinalização e redutores de velocidade na RJ 137;
21. A PMBP deve manter as estradas vicinais;
22. Implantação de semáforos no centro da cidade;
23. Carga e descarga atrapalham o trânsito no centro da cidade;
24. Melhorar o traçado da curva na saída do viaduto em Vargem Alegre;
25. Pavimentação da estrada que liga o distrito de Vargem Alegre a Thyssen Fundições;
26. Deve ser analisado a acessibilidade dos loteamentos, na época da aprovação;
27. Muitos animais nas ruas, os donos deveriam ser multados;
28. Volta do trem de passageiros;
29. Norma para regulamentação da circulação de bicicletas e veículos de tração animal;
30. Fiscalização rigorosa e critérios para gratuidade do transporte coletivo;
31. Diminuição do número de ônibus que circulam no centro da cidade;
32. Criação de pólos ao redor da cidade como centro eficientes;
33. Reiterado a acessibilidade para portadores de deficiência e placas de indicação dos bairros e pontos turísticos;
34. Estudo da possibilidade de um anel ferroviário retirando o entroncamento ferroviário do centro da cidade;
35. Melhorar o traçado da curva na saída do viaduto em Vargem Alegre;
36. Pavimentação da estrada que liga o distrito de Vargem Alegre a Thyssen Fundições;
37. Reativar o transporte ferroviário de passageiros com sistema integrado trem/ônibus nos novos terminais a serem criados no anel ferroviário projetado;
38. Intensificar a fiscalização por parte da guarda municipal em relação a estacionamentos irregulares de veículos, principalmente em ruas fora do centro

da cidade;

39. Incentivar a construção de edifícios garagem para melhoria do trânsito;
40. Estimular postos bancários nos bairros para evitar o deslocamento ao centro da cidade;
41. Canalização do Rio Piraí ganhando-se espaço para estacionamento e área de lazer;
42. Estudar alternativas de duas calhas cimentando o fundo do rio, onde a calha principal atende a vazão normal e a segunda calha seria usada como estacionamento e desocupadas nos dias de cheias;
43. Instalação de redutores de velocidade na BR 393 na entrada dos Distritos de Dorândia e Vargem Alegre;
44. Criar mecanismos que facilitem o acesso a idosos e deficientes em locais públicos e privados;
45. Na estrada que liga os distritos de Dorândia a Vargem Alegre, as pontes não tem segurança e colocam as pessoas em risco.

II) DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1. Criar o Distrito Industrial em Vargem Alegre;
2. Incentivar a implantação de indústrias em Dorândia, Vila Helena, ao longo da BR393, Bairro Arthur Cataldi;
3. Incentivar implantação de indústrias ligadas a agregar valor ao produto agrícola e pequenas indústrias;
4. Definir vocação econômica para investir no setor;
5. Desenvolver turismo como potencial econômico, investir no rural e ecológico e colocar Ipiabas e São José do Turvo com potencial turístico.
6. Dar incentivos ao comércio local e a pequenas empresas;
7. Reativar prédios fechados (Belprato e Química);
8. Criar infra-estrutura para atrair investimentos;
9. Utilização do galpão da CASERJ;
10. Investir em agronegócio;
11. Incentivar implantação de Universidades e implantação de oficinas e escolas técnicas e profissionais;
12. Falta de estradas vicinais para escoamento da produção agrícola;
13. Falta de mão de obra especializada;
14. Necessidade de atualização da legislação para permitir novos investimentos;
15. Representatividade política Estadual e Federal;
16. Falta de ofertas de financiamentos;
17. Implementação do Conselho de Desenvolvimento Econômico;
18. Melhoria no trânsito;
19. Melhor entrosamento com o SENAI, SENAC, SEBRAE e SESI;
20. Retirada dos camelôs e instalação dos mesmos no Mercado Municipal;
21. Incentivar o comércio no Complexo Califórnia e instalação de rede bancária;
22. Estímulos para expansão do comércio nos bairros;
23. Estimular a política do primeiro emprego;
24. Incentivar a cooperativa de costureiras e trabalhos manuais;
25. Nas pesquisas a população apontou o desemprego como o ponto mais negativo da cidade.

III) TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO

1. Incentivo ao turismo em Dorândia;

2. Preservação dos patrimônios do município, utilizar a Estação como Centro Cultural e resgate da cultura da região;
3. Criação de um Conselho para definição dos imóveis que devem ser preservados;
4. Falta de acesso aos locais turísticos;
5. Incentivar o artesanato criando um local para exposição / comercialização dos produtos;
6. Implantação de centros de informações turísticas;
7. Investir e incentivar o turismo rural e divulgar as potencialidades turísticas do município;
8. Horto Municipal deve ser explorado e criada uma pista de caminhada;
9. Criação de uma Casa de Cultura com sala de cinema e teatro e construção de uma Biblioteca Municipal;
10. Incentivo as fazendas históricas;
11. Promover convênios que visam obras de restauração;
12. Mais utilização da área do Parque de Exposições;
13. Inclusão da população de baixa renda em eventos ligados a cultura;
14. Recuperação do jardim e do lago da Igreja N. Sra. Santana;
15. Recuperar o açude do bairro Lago Azul;
16. Implantar um Centro Cultural no Complexo Califórnia;
17. Revitalização do centro da cidade;
18. Incentivo a construção de hotéis e restaurantes;
19. Capacitação de mão de obra para trabalhar no setor de hotelaria e turismo;
20. Divulgação na mídia dos atrativos da cidade;
21. Cobertura da Esquina do Pecado para ser utilizado como espaço cultural;
22. Criação de transporte tipo micro ônibus ou baronesa, para passeios turísticos no município com tarifa acessível.

IV) HABITAÇÃO E DIREITO A MORADIA

1. Intensa fiscalização na Rua Angelino de Oliveira às margens do Rio Paraíba do Sul e urbanização do local;
2. Intensa fiscalização para evitar o crescimento desordenado;
3. Novos loteamentos com oferta de lotes menores para a população de baixa renda;
4. Promover a regularização fundiária;
5. Legalização dos imóveis;
6. Taxas para construção são muito altas;
7. Identificação de áreas improdutivas com a finalidade de serem disponibilizadas para implantação de equipamentos comunitários;
8. Aquisição de terrenos (PMBP) para construção de casas populares que atendam aos moradores do bairro que vivem em áreas de risco;
9. Estudo para aumentar o gabarito em alguns locais;
10. Utilização do prédio da Escola Santa Rosa em Vargem Alegre;
11. Área do balneário de Dorândia tem invasões com casas em péssimo estado;
12. Definição das ZEIS – Zona de Especial Interesse Social – para remoção das pessoas que vivem em áreas de risco;
13. Terrenos baldios devem ser mantidos cercados;
14. Expansão da área urbana;
15. Especulação imobiliária deve ser combatida,

inclusive a aplicação do imposto progressivo deve ser garantida.

V) MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

1. Reflorestamento para evitar o assoreamento dos rios;
2. Abastecimento de água e falta de rede coletora de esgoto;
3. Dragagem do Rio Piraí;
4. Poluição do ar e sonora provocada pelos trens e barulho causado pelos clubes;
5. Investimentos no saneamento ambiental, principalmente nos bairros mais carentes;
6. Implantação de sistema de reciclagem do lixo;
7. Controle de despejo dos efluentes nos rios e necessidade de um sistema de tratamento do esgoto;
8. Incentivo da PMBP para instalação de fossa nas residências existentes;
9. Inventário das florestas, faunas e ervas medicinais;
10. Identificação e criação de áreas de proteção ambiental inclusive em áreas particulares;
11. Implementar um programa de educação ambiental nos bairros;
12. Poda das árvores constantemente;
13. Impedir as queimadas e o lançamento dos efluentes nos rios;
14. As águas as margens do Rio Paraíba do Sul empoçam nos quintais das residências causando mal cheiro, proveniente da irregularidade da liberação das águas da barragem;
15. Limpeza das ruas;
16. Fiscalização nos cortes de terrenos;
17. Manutenção da rede de esgoto no Complexo Califórnia;
18. Lançamento dos efluentes diretamente no Rio Paraíba e lançamento do esgoto é a montante da captação de água;
19. Os loteamentos devem ser aprovados somente após consulta se a área integra alguma área preservada;
20. Canalização das valas;
21. Aplicação de multas no descumprimento das leis de preservação do meio ambiente;
22. Recuperação e preservação das nascentes;
23. Incrementar os convênios com a MRS, Light, Thyssen e Metalúrgica;
24. Maior controle e multas nos veículos particulares que provocam ruído excessivo;
25. Conclusão da obra executada no Rio das Minhocas pois a falta de conclusão está prejudicando o escoamento (Dorândia);
26. Acabar com os focos de água parada nos rios Sacra Família e Piraí.

VI) POLÍTICAS SOCIAIS

1. Carência de Posto de Saúde e de creche nos Bairros;
2. Necessidade de ampliação das escolas para atender o ensino fundamental;
3. Falta de área de lazer e esporte;
4. Implantação de consórcios hospitalares;
5. Precariedade no atendimento médico e melhoria no setor da saúde, inclusive do atendimento na Santa Casa;
6. Urbanização do trevo do Bairro Vila Helena;

7. Maior policiamento nos bairros;
8. Manilhamento no bairro Asa Branca não dá vazão;
9. Obras de drenagem pluvial e manutenção nas redes existentes;
10. Falta de iluminação gerando insegurança;
11. Construção de abrigos para animais e centro de zoonose;
12. Construção de capela mortuária e cemitério no Complexo Califórnia;
13. Construção de praças e parque infantil nos bairros;
14. Clínica para atendimento de dependentes químicos;
15. Revitalização da Praça Oliveira Figueiredo;
16. Instalação da Delegacia da Mulher;
17. Inclusão do idoso nas atividades de lazer;
18. Cobertura das quadras de esportes;
19. Instalação de câmeras para preservar os bens públicos;
20. Instalação da Delegacia Legal;
21. Reativar o IML, rabeção e médico legista no município;
22. Capacitação do servidor público para atendimento aos usuários;
23. Intensificar as investigações contra o narcotráfico no município.

4- FORMULAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS

Na Leitura de Cidade foram listados 106 itens dentro dos 6 temas focados. A partir dos itens foram definidos os Eixos Estratégicos, a saber:

- 1 - Desenvolvimento Econômico e Social
- 2 - Trânsito e Mobilidade Urbana
- 3 - Planejamento e Ocupação Territorial Sustentável
- 4 - Patrimônio Cultural
- 5 - Gestão Democrática da Cidade

O Eixo Desenvolvimento Econômico e Social atende aos itens dos temas de Desenvolvimento Econômico e Políticas Sociais entendendo-se que a promoção do desenvolvimento econômico deve estar articulada ao desenvolvimento social. Este eixo também atende a alguns itens ligados ao tema do Turismo.

O Eixo Trânsito e Mobilidade Urbana ficou definido a partir da constatação de ter sido o tema mais discutido durante a etapa da Leitura da Cidade e conseqüentemente uma questão relevante na realidade do município.

O Eixo Planejamento e Ocupação Territorial Sustentável abrange aos itens dos temas de Habitação e Direito a Cidade e Meio Ambiente e Saneamento, visando o desenvolvimento urbano da cidade de forma justa e sustentável.

O Eixo Patrimônio Cultural foi definido para atender aos itens do tema de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico, focando principalmente a identidade cultural do município e valorizando o seu patrimônio histórico.

A definição do Eixo Gestão Pública da Cidade surgiu das necessidades de investimentos para o fortalecimento da gestão municipal e da

implementação e estruturação de processos democráticos e participativos.

Definidos os Eixos Estratégicos foram sintetizados os 106 itens em 28 demandas de forma a contemplar todos os assuntos levantados na Leitura da Cidade. Das demandas surgiram as seguintes propostas, que nortearam a definição das políticas públicas deste Plano Plurianual na forma a seguir.

4.1 – APRESENTAÇÃO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS - DEMANDAS E PROPOSTAS

EIXO ESTRATÉGICO I – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

DEMANDA 01 – Necessidade de apoio do Desenvolvimento de Atividades

Econômicas Geradoras de

Emprego e Renda.

PROPOSTAS:

- a. Fortalecer o comércio e o setor industrial, identificando e mapeando as vocações econômicas do município.
- b. Integrar o setor comercial com as atividades turísticas e atrair ramos industriais de pequeno e médio porte que sejam compatíveis com o meio ambiente sustentável.
- c. Criar ao longo da BR 393 áreas disponíveis para a instalação de empresas, criando um Corredor de Desenvolvimento Econômico.
- d. Criar nos bairros Zonas Comerciais, visando incentivar o desenvolvimento econômico.
- e. Incentivar através da Lei de Ocupação e Uso do Solo a instalação de atividades econômicas ao longo das vias principais.
- f. Dar incentivos e investir na infra-estrutura, para atrair a instalação de novas empresas, manter as existentes no município e fortalecer o comércio local.
- g. Dar prioridade à programas e instalação de atividades geradoras de emprego e trabalho em áreas carentes provendo-as de infra-estrutura.
- h. Viabilizar espaço adequado para instalação de camelôs tirando-os da via pública.
- i. Promover a dinamização, o fortalecimento e a diversificação da economia local, favorecendo a oferta de emprego e a geração de renda para a população, atendendo exigências de proteção ambiental.
- j. Estimular o fortalecimento das cadeias produtivas no município.
- k. Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, composto por diversos segmentos, com a finalidade de propor programas e projetos para o setor.

DEMANDA 02 – Consolidação das Potencialidades Turísticas de Todo o

Município.

PROPOSTAS:

- a. Promover o desenvolvimento das potencialidades turísticas do município, harmonizando os planos, programas e projetos com a preservação do meio ambiente.
- b. Qualificar os espaços públicos, os serviços municipais e a paisagem dos centros comerciais, como forma de atrair turistas e novos consumidores.

c. Fortalecer o segmento do turismo, explorando economicamente o potencial do território para esse fim, especialmente o distrito de Ipiabas.

d. Articular a política de turismo ao planejamento urbano e às estratégicas do Plano Diretor.

DEMANDA 03 – Elaboração de Programas e Projetos que Visem o

Desenvolvimento Econômico e Social dos Distritos.

PROPOSTAS:

- a. Estimular o desenvolvimento de atividades peculiares em cada comunidade, levando em conta as origens, características, a cultura e as aptidões da população.
- b. Estimular a produção local agrícola diversificada e adequada ao suporte físico-ambiental do meio rural.
- c. Atenuar as diferenças de oferta de serviços públicos da população rural em relação ao centro urbano.
- d. Buscar e apoiar a auto sustentabilidade para o pequeno e médio produtor rural.
- e. Promover e apoiar o setor agropecuário, ofertando à infra-estrutura necessária para o seu desenvolvimento.
- f. Incentivar as iniciativas de produção cooperativa ao artesanato, as empresas e as atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenos empreendimentos ou estruturas familiares de produção.
- g. Estimular a compra dos produtos utilizados na merenda escolar no próprio município.

DEMANDA 04 – Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Especializada.

PROPOSTAS:

- a. Investir na atração de universidades e cursos técnicos de capacitação de mão de obra.
- b. Estabelecer convênios e parcerias com empresas e entidades educacionais na oferta de cursos profissionalizantes de mão de obra.
- c. Promover e incentivar o pleno desenvolvimento do cidadão e sua qualificação para o trabalho direcionado a formação de mão de obra de nível técnico e superior para atuação nas atividades econômicas.

DEMANDA 05 – Promoção e Estruturação dos Espaços Públicos de Lazer e

Recreação.

PROPOSTAS:

- a. Consolidação do esporte, lazer e recreação como direito de toda a população.
- b. Integrar o planejamento dos espaços públicos de lazer ao planejamento urbano e às estratégias de desenvolvimento social.
- c. Garantir nos novos loteamentos espaços adequados e urbanizados, destinados à instalação de atividades públicas de lazer e recreação.
- d. Evitar a invasão e a depredação de áreas destinadas à recreação e lazer, promovendo sua urbanização e manutenção, inclusive através de parcerias entre moradores, iniciativa privada e poder público.
- e. Criar e desenvolver um sistema municipal de áreas de lazer, com diretrizes para sua

localização, ramo de atendimento, função e características físicas.

DEMANDA 06 – Planejamento da Rede Física de Equipamentos Comunitários e

Implantação de Serviços com

Qualidade para o Desenvolvimento

Social.

PROPOSTAS:

- a. Promover a inserção produtiva e a autonomia econômica das pessoas em situação de vulnerabilidade.
- b. Promover a distribuição equilibrada de equipamentos comunitários ligados as áreas de saúde, educação e segurança, com diretrizes para sua localização e raio de atendimento.
- c. Elaborar levantamento para execução de projetos de construção reforma e ampliação dos equipamentos comunitários destinados ao atendimento da população, nas áreas de saúde, educação e segurança.
- d. Apoiar a mão de obra feminina através da oferta adequada de rede física de creches públicas e/ou privadas.
- e. Potencializar as ações que visem à eficiência da segurança pública mediante a qualidade dos serviços prestados e da articulação com instâncias públicas federal e estadual.
- f. Ampliar a capacidade de atendimento e prestação dos serviços da Defesa Civil Municipal e articular os esforços das instituições públicas e da sociedade civil.
- g. Verificar a necessidade de construção, ampliação e reestruturação de serviços sociais essenciais à população como: a Delegacia da Mulher, a Delegacia Legal, o Instituto Médico Legal, capela mortuária e cemitérios.
- h. Promover, fiscalizar, incentivar e fomentar a instalação de atividades de atendimentos sociais à população como: clínicas de dependentes químicos, consórcios hospitalares e centros de zoonose.
- i. Implementar no ensino municipal a língua italiana a dar continuidade ao processo de resgate da cultura italiana iniciada com a assinatura do gemellaggio de Paola, Calábria – Itália.
- j. Buscar parcerias para a implantação do Centro Comunitário de Cidadania, nos bairros.

EIXO ESTRATÉGICO II – TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA

DEMANDA 07 – Reestruturação do Sistema Viário.

PROPOSTAS:

- a. Elaborar um Plano Diretor de trânsito e transporte.
- b. Hierarquizar, adequar e ampliar o sistema viário urbano, para permitir uma maior eficiência das funções urbanas e maior articulação entre os bairros e distritos do município.
- c. Considerar as questões de logística empresarial no sistema de mobilidade urbana, garantindo fluidez no transporte de cargas e mercadorias, sem prejudicar o trânsito do município.
- d. Exigir apresentação de estudos técnicos de impacto sobre o trânsito, para o licenciamento de projetos e atividades que sejam pólos geradores de tráfego.

- e. Promover uma melhor capacitação de guarda municipal para otimizar o serviço de fiscalização quanto à estacionamento em local proibido, filas duplas e às demais infrações previstas no Código de Trânsito Nacional.
- f. Promover a oferta de estacionamentos que considere a disponibilidade e a proximidade dos pólos atrativos e o tempo de permanência.
- g. Reduzir os pontos de conflitos do trânsito causados pelas barreiras físicas naturais e ferroviárias, mediante obras de transposição e integração urbana.
- h. Prever no Plano Diretor de Trânsito e Transporte o estudo, para execução de um anel ferroviário, retirando o tráfego de trens do centro da cidade.
- i. Verificar a possibilidade de reativação do transporte ferroviário de passageiros.
- j. Providenciar a liberação da Ponte Getúlio Vargas para o trânsito de ônibus e caminhões.
- k. Promover medidas de consolidação do uso da bicicleta como meio de transporte, atribuindo prioridade para a implantação de ciclovias.
- l. Promover a integração das políticas de transporte, trânsito, uso e ocupação do solo.
- m. Prover locais de estacionamentos para bicicletas e motocicletas em áreas apropriadas e com adequado dimensionamento.

DEMANDA 08 – Mobilidade Urbana com Segurança.

PROPOSTAS:

- a. Garantir a fluidez do trânsito, mantendo os níveis de segurança necessários.
- b. Garantir um espaço mínimo livre nas calçadas, sem obstáculos, que dê segurança aos pedestres.
- c. Redefinir um padrão de sinalização em ruas públicas que possibilite passagens para os pedestres, em condições dignas e seguras, inclusive para portadores de necessidades, em especial, nas duas cabeceiras do Viaduto Faria Lima e na travessia da passagem de nível que liga à Rua Moreira dos Santos à Rua Francisco de Paula Moura.
- d. Articular a implantação de programas de educação para o trânsito e campanhas de forma planejada, dirigida à todas as camadas da população.
- e. Promover a adequada sinalização viária e estendê-la aos bairros periféricos para aumentar a segurança nas ruas.
- f. Considerar as calçadas como malha integrada ao sistema de mobilidade urbana, objetivando garantir a circulação e a segurança dos pedestres.
- g. Viabilizar a execução de obras de transposição da BR 393, próximo às áreas urbanas dos distritos de Dorândia e Vargem Alegre e do Complexo da Califórnia, visando maior segurança aos pedestres.
- h. Buscar meios, junto a M.R.S. Logística, de prover à população de construção de passarelas em diversos locais, para a transposição da linha férrea com segurança, bem como um plano de manutenção das mesmas.
- i. Aperfeiçoar a fiscalização e implementar penalidades aos proprietários de animais soltos nas

estradas, visando a segurança no trânsito.

j. Alargar as passagens de pedestres nas pontes, os acessos das cabeceiras das pontes Irmãos Di Biase e aumentar o guarda corpo da mesma ponte.

k. Reforçar as ações de controle de circulação e velocidade, especialmente nas vias arteriais, através de utilização de equipamentos de monitoramento do trânsito e constante aprimoramento da fiscalização.

DEMANDA 09 – Estruturação e manutenção da Malha Viária do Município.

PROPOSTAS:

- a. Elaborar projetos e obras que corrijam a geometria e o traçado do Viaduto Faria Lima, Viaduto do bairro Santana de Barra, Viaduto de Vargem Alegre, ponte na BR 393 na altura do bairro Lago Azul, Ponte sobre o Rio Sacra Família, Ponte no acesso a Vargem Alegre e ponte de acesso ao bairro Roseira.
- b. Ampliar e modernizar o sistema de sinalização de orientação, indicativa de ruas, bairros, vias e pontos estratégicos do município.
- c. Executar obras de pavimentação da estrada RJ 141 de acesso ao Distrito de São José do Turvo.
- d. Melhorar as condições físicas das estradas vicinais do município.
- e. Investir na infra-estrutura de pavimentação das ruas, melhorando as condições da malha viária municipal.
- f. Executar obras viárias de pequeno e médio porte, com intervenções em pontos de conflito, minimizando o congestionamento e contribuindo para a fluidez da mobilidade urbana.
- g. Prever no estudo, a construção de ponte sobre o Rio Paraíba do Sul ligando a BPI 101 à BR 393.
- h. Viabilizar a pavimentação da RJ 137 até o Loteamento Vale do Ipiranga.
- i. Buscar parcerias com municípios vizinhos para a pavimentação das estradas comuns aos municípios.

DEMANDA 10 – Organização do Sistema de Transporte Coletivo.

PROPOSTAS:

- a. Ajustar periodicamente a rede de transporte coletivo às necessidades da população especialmente quanto a itinerários, horários e qualidade do serviço prestado.
- b. Realizar estudo que vise desonerar as tarifas de ônibus, especialmente os que servem aos distritos.
- c. Desenvolver sistema de transporte em que o coletivo prevaleça sobre o individual.
- d. Exigir às concessionárias de serviços de transporte coletivo que coloquem em operação veículos em bom estado de operação, tamanho adequado e que prestem serviço de qualidade aos usuários.

DEMANDA 11 – Acessibilidade Cidadã, que viabilize a circulação de Pessoas com Deficiências Físicas e/ou Mobilidade Reduzida.

PROPOSTAS:

- a. Priorizar a acessibilidade ao cidadão, pedestres, ciclistas, pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida, sobre o transporte

motorizado.

b. Elaborar estudo e lei específica de padronização e técnicas adequadas de construção de calçadas, visando garantir o conforto, a continuidade e a segurança dos pedestres.

c. Aumentar o rigor da fiscalização quanto à obrigatoriedade de construção de calçadas, dentro das normas.

d. Manter adequado sistema de comunicação aos usuários da via pública e gradativamente disponibilizar acesso adequado aos deficientes visuais e auditivos.

e. Adequar as ruas da cidade, principalmente nos locais providos de maior oferta de serviços e comércios, com rampas de acesso e pavimentação adequada.

DEMANDA 12 – Conflitos significativos do Trânsito no Centro da Cidade.

PROPOSTAS:

- a. Prever na legislação urbanística a obrigação de garagens e dar incentivos à construção de edifícios garagens.
- b. Destinar áreas especiais e horários adequados para carga e descarga na área central da cidade.
- c. Incluir o táxi no planejamento da mobilidade, com a racionalização e padronização da frota e melhoria do nível de serviço de atendimento ao cliente.
- d. Implantar o sistema do táxi da vez, nos diversos pontos da cidade.
- e. Retirar a rodoviária do centro da cidade, após estudo que indique a melhor localização para sua instalação.
- f. Retirar o ponto final dos ônibus do centro da cidade, ficando permitido a parada no centro da cidade apenas para entrada e saída de passageiros.

EIXO ESTRATÉGICO III – PLANEJAMENTO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

DEMANDA 13 – Necessidade de Ordenar, Direcionar e Controlar o Uso e

Ocupação do Solo Urbano.

PROPOSTAS:

- a. Adequar o adensamento à capacidade de suporte do meio físico, potencializando a utilização das áreas bem providas de infra-estrutura.
- b. Ordenar e controlar o uso e a ocupação do solo, com vistas a respeitar as condições ambientais e infra-estruturais e valorizar a diversidade espacial e cultural da cidade com as suas diferentes paisagens, formadas pelo patrimônio natural e construído.
- c. Potencializar ocupações de áreas para instalação de empreendimentos habitacionais e de atividades econômicas, especialmente os indutores de urbanização, com base na infra-estrutura instalada e mediante a aplicação de instrumentos do Estatuto da Cidade.
- d. Direcionar o crescimento das áreas urbanas ao longo da BR 393 de modo a integrar os distritos Vargem Alegre e Dorândia em direção ao Complexo da Califórnia e em direção à sede.
- e. Controlar e fiscalizar o uso e a ocupação das margens dos rios, áreas sujeitas à inundações, áreas de risco, de alta declividade e cabeceiras de

drenagem.

f. Ampliar os espaços públicos e reconhecer sua importância como áreas essenciais para a expressão da vida coletiva.

g. Associar o planejamento local ao regional, por intermédio de cooperação e articulação com os municípios da região.

h. Implementar programas de reabilitação de áreas de risco.

i. Aumentar o rigor das exigências para construção em terrenos que exijam cortes e/ou aterros.

j. Combater a especulação imobiliária com a aplicação do IPTU progressivo.

k. Buscar meios e recursos para a construção do anel viário que ligará a BR393 à BR116, na altura do bairro Ponte Preta.

DEMANDA 14 – Reestruturação Urbana Criando Multicentralidades.

PROPOSTAS:

a. Promover a requalificação e a dinamização das áreas de centralidades existentes em alguns bairros e nos distritos.

b. Estimular o desenvolvimento e instalações de atividades econômicas, nas áreas centrais dos bairros e distritos.

c. Fomentar e estimular as ações ligadas ao desenvolvimento social e cultural nas centralidades.

DEMANDA 15 – Revisão dos Limites Distritais e Possibilidade de Criação do 6º Distrito.

PROPOSTAS:

a. Elaborar estudo sobre a viabilidade de criar o sexto distrito no Complexo Califórnia.

b. Expandir a área urbana em locais passíveis de ocupação.

c. Rever os limites distritais, adequando-os a atual conformação física do município.

DEMANDA 16 – Desenvolvimento Sustentável e Elevação da Qualidade do Meio Ambiente.

PROPOSTAS:

a. Incorporar o componente ambiental na definição dos critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, para a proteção de mananciais e recursos hídricos e recuperação de áreas degradadas.

b. Garantir a qualidade da paisagem urbana e prevenir a degradação e poluição ambiental.

c. Integrar as estratégias e instrumentos de preservação e proteção dos recursos naturais ao planejamento ambiental e urbano estabelecendo zonas de preservação com a finalidade de proteger e permitir a restauração dos ecossistemas e seus remanescentes.

d. Buscar parcerias com empresas e instituições para realizar compensações ambientais.

e. Intensificar e otimizar a fiscalização quanto a obrigação de murar ou cercar e manter limpo os terrenos baldios.

f. Elaborar estudos e planejamento de ações de preservação, conservação, fiscalização, educação e proteção do meio ambiente.

g. Elaborar e implementar a gestão de

resíduos sólidos, incentivando a coleta seletiva e reciclagem, bem como a redução da geração do lixo.

h. Inventariar e recompor a arborização urbana.

DEMANDA 17 – Acesso Ampliado à Moradia e à Terra Urbanizada.

PROPOSTAS:

a. Promover a requalificação urbanística e regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares.

b. Promover o acesso a terra, por meio do emprego de instrumentos que assegurem a utilização das áreas vazias e subutilizadas.

c. Implementar programas de reabilitação físico e ambiental nas áreas de risco.

d. Estimular a produção pela iniciativa privada, de habitações, voltadas ao mercado popular.

e. Adequação das normas urbanísticas às condições sócio-econômicas da população, simplificando os processos de aprovação de projetos, o licenciamento da habitação de interesse social e a implementação, através de parcerias, do programa da arquitetura pública.

f. Definir em leis as zonas especiais de interesse social.

DEMANDA 18 – Acesso de toda a População ao Saneamento Básico e a Infra-Estrutura.

PROPOSTAS:

a. Ampliar, recuperar e manter as medidas de saneamento básico para as áreas deficitárias, por meio de execução das redes coletoras de esgoto, tratamento e distribuição de água potável.

b. Assegurar sistema de drenagem pluvial por meio de sistemas físicos naturais e construídos de modo a propiciar a recarga dos aquíferos e de evitar ocorrência de alagamentos.

c. Promover o esclarecimento a população quanto à necessidade de construção de sistema fossa/filtro.

EIXO ESTRATÉGICO IV – PATRIMÔNIO CULTURAL

DEMANDAS 19 – Ações de Organização e Desenvolvimento Cultural no Município.

PROPOSTAS:

a. Elaborar Plano Diretor de turismo e cultura.

b. Executar, com finalidade de proteger o patrimônio cultural do município, inventários de bens materiais e imateriais, registros, tombamentos e desapropriações necessárias.

c. Desenvolver o potencial turístico do município de forma sustentável, em especial do Distrito de Ipiabas, tendo como base o seu patrimônio cultural e natural.

d. Inserir a cultura no processo econômico como fonte de geração e renda.

DEMANDAS 20 – Criação de Espaços Culturais Públicos e Privados.

PROPOSTAS:

a. Urbanizar e democratizar o acesso aos equipamentos, aos serviços e as ações culturais, visando à integração centro periferia.

b. Promover espaços para o desenvolvimento da cultura nos bairros e distritos.

c. Incentivar e fomentar os espaços culturais públicos e privados e a serem criados, dotando-os de infra-estrutura e acessibilidade.

d. Dar incentivos e fomentar a instalação de cinema no município.

e. Verificar local apropriado para a instalação da biblioteca municipal, com espaços adequados para atender a demanda.

DEMANDA 21 – Programas e Ações de Preservação e Divulgação do Patrimônio Cultural.

PROPOSTAS:

a. Dar visibilidade, estimular e valorizar a produção cultural local e o patrimônio histórico existente.

b. Promover projetos de recuperação de edifícios e sítios históricos de interesse cultural ou tombados, acionando instrumentos de parcerias com a iniciativa privadas, condicionados sempre a preservação e a proteção do bem e do local.

c. Disponibilizar local apropriado para a instalação de Centro de Informações Turísticas, na Sede e nos Distritos, como meios de divulgação do município.

d. Viabilizar a criação do Museu da Imagem e Som do Município.

DEMANDA 22 – Reestruturação dos Espaços Físicos, Ligados ao Patrimônio Cultural.

PROPOSTAS:

a. Dar incentivos através de lei de Uso e Ocupação do Solo a instalações de hotéis e restaurantes e outras atividades ligadas à área.

b. Explorar o espaço público do Horto Municipal com o turismo ecológico, bem como incentivar uma melhor ocupação do espaço para eventos na Associação Rural.

EIXO ESTRATÉGICO V – GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

DEMANDA 23 – Sistema de Planejamento Permanente.

PROPOSTAS:

a. Instituir um processo permanente, informatizado e sistematizado de planejamento.

b. Criar o Núcleo de Informações Municipais que deverá conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, imobiliários, cadastrais, administrativos, ambientais, físicos - territoriais, cartográficos e outros de relevante interesse para o município.

c. Garantir mecanismos de monitoramento e gestão do Plano Diretor, na formulação e aprovação de programas e projetos para sua implementação e indicação das necessidades de seu detalhamento, atualização e revisão.

DEMANDA 24 – Representação Participativa nas Políticas Públicas.

PROPOSTAS:

a. Criar canais de participação da sociedade na gestão municipal.

b. Garantir eficiência e eficácia à gestão, visando melhoria de qualidade de vida da população.

c. Promover o controle social e a transparência no processo de gestão.

d. Ampliar e fortalecer os conselhos municipais com vistas à uma maior participação da comunidade nas políticas públicas.

DEMANDA 25 – Treinamento e Capacitação dos Servidores Municipais.

PROPOSTA:

a. Implementar ações de fortalecimento da gestão pública através de treinamento e capacitação dos servidores municipais.

DEMANDA 26 – Adequação da Estrutura Administrativa as Reais Necessidades.

PROPOSTAS:

a. Promover a revisão na estrutura

administrativa.

DEMANDA 27 – Atualização dos Instrumentos Tributários e Financeiros.

PROPOSTAS:

a. Revisar o cadastro imobiliário municipal e a planta genérica de valores.

b. Revisar o LDO, LOA e PPA de acordo com as diretrizes do Governo e demais normas aplicáveis.

c. Atualizar e revisar o Código Tributário Municipal, modernizando-o.

d. Otimizar o controle de licenciamento de atividades econômicas e ambientais.

DEMANDA 28 – Integração e Articulação da Gestão Administrativa.

PROPOSTAS:

a. Melhorar e estreitar o relacionamento da administração com os Distritos,

b. Procurar uma maior integração e articulação entre as Secretarias, visando desburocratizar, agilizar e prestar serviços mais eficientes à população.

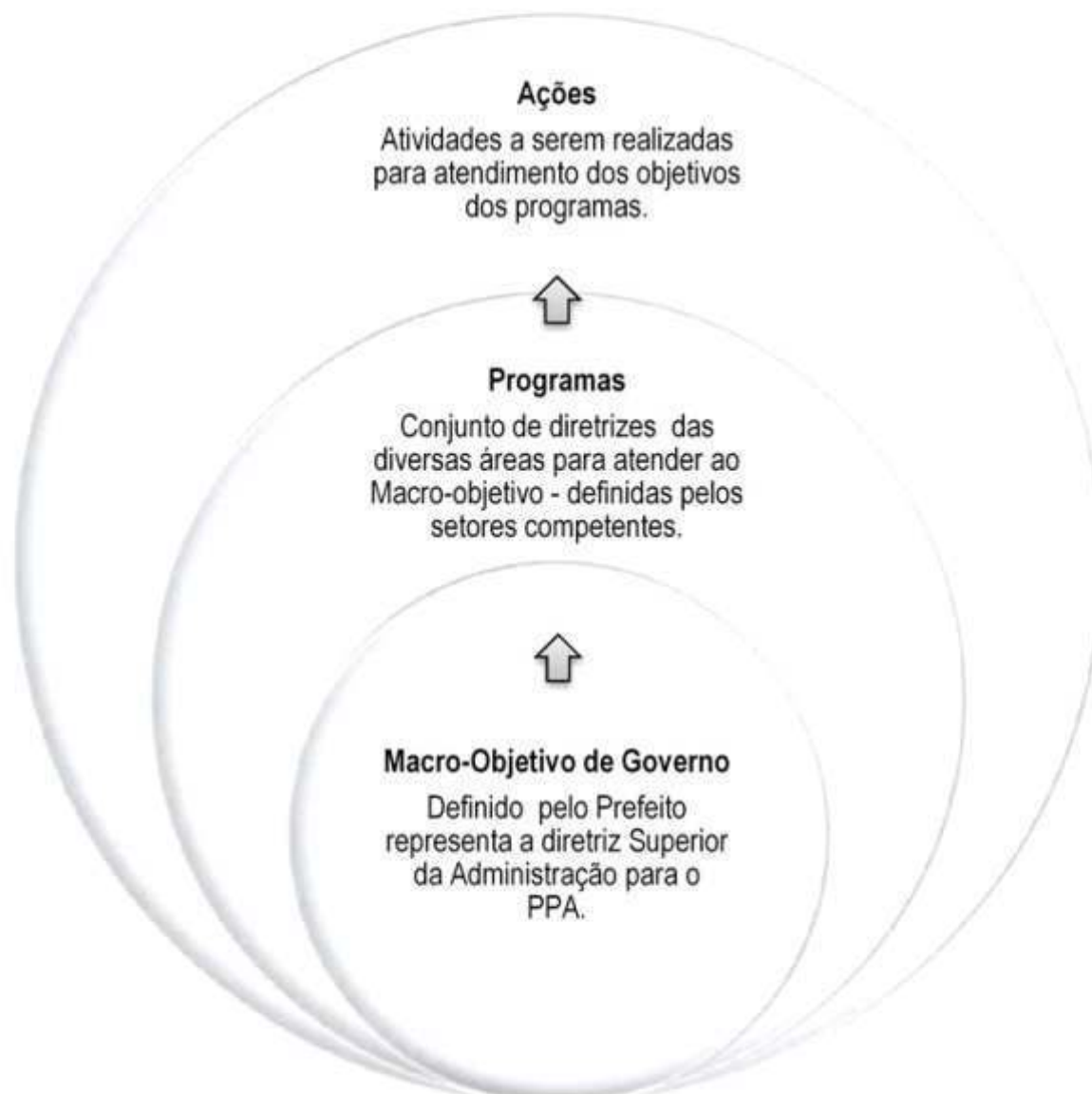
c. Melhorar a prestação de serviços públicos utilizando os recursos da tecnologia de informação.

JOSÉ LUÍS ANCHITE
Prefeito Municipal

Anexo II
Demonstrativos Técnicos e
Orçamentários

Demonstrativo I - Base Estratégica do PPA

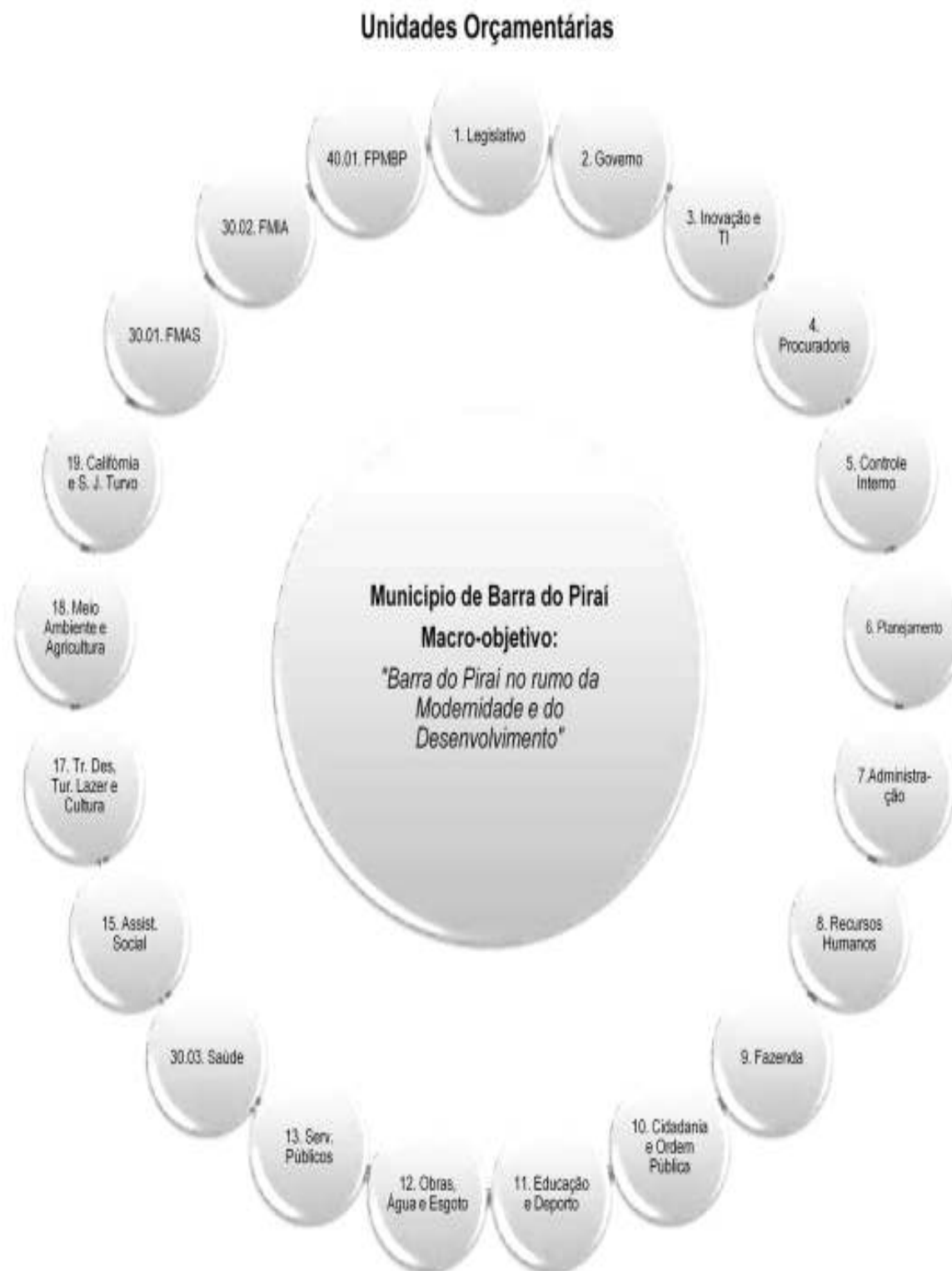
Processo de Elaboração de Políticas Públicas



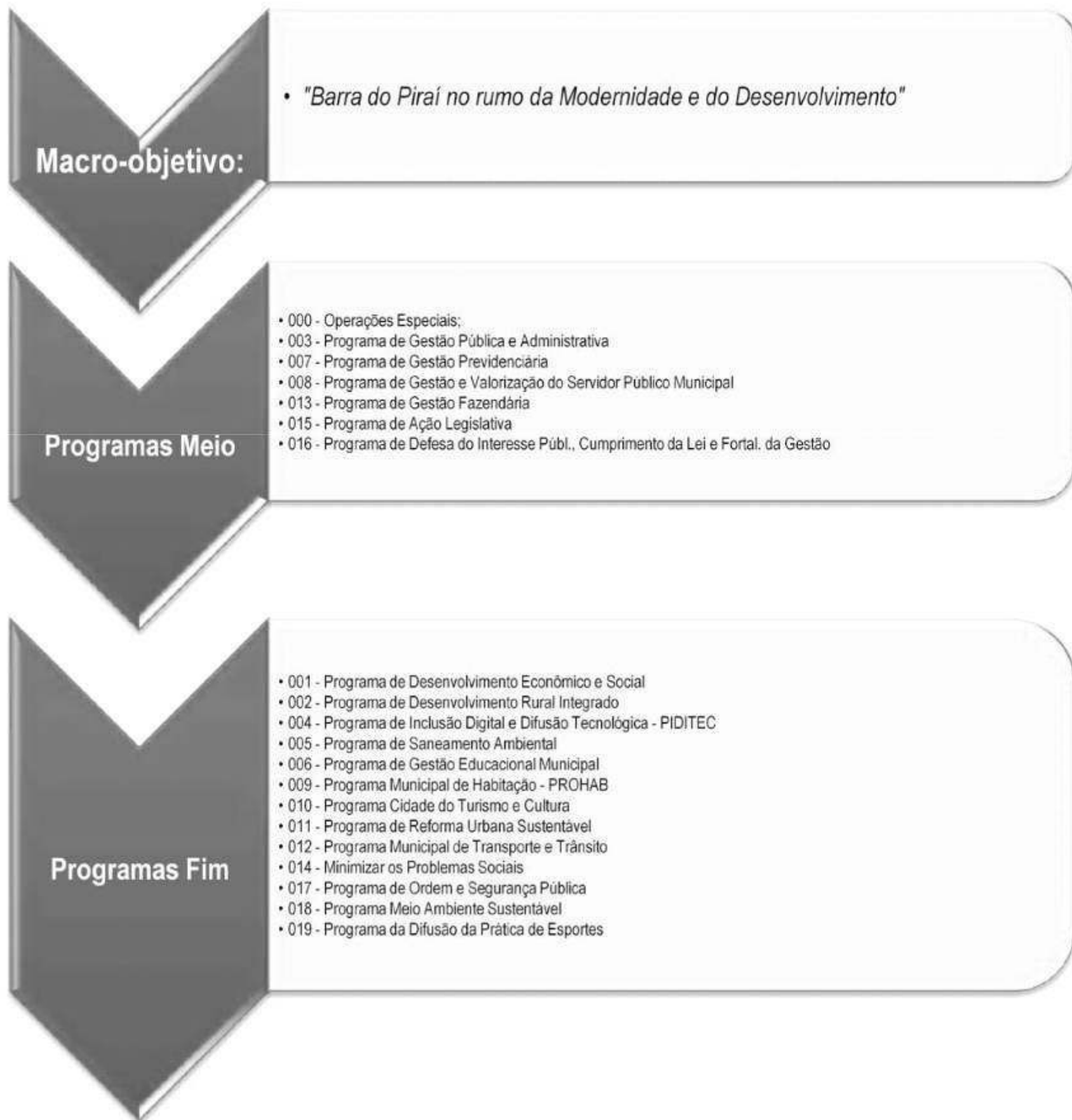
Órgãos de Administração



Demonstrativo I - Base Estratégica do PPA



Estrutura Estratégica de Programas





Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra do Piraí

Demonstrativo II - Estimativa de Receita
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

Código	Especificação	Estimado 2010	Estimado 2011	Estimado 2012	Estimado 2013
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	R\$ 0.282.451,34	R\$ 0.702.886,80	R\$ 10.351.881,87	R\$ 10.890.850,73
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	R\$ 2.372.164,57	R\$ 2.502.854,70	R\$ 2.840.000,70	R\$ 2.785.517,07
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	R\$ 2.160.853,84	R\$ 2.270.489,80	R\$ 2.404.861,74	R\$ 2.537.729,74
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	RS 868.243,55	RS 704.856,85	RS 743.771,82	RS 784.679,27
4.1.5.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE SERVIÇOS	R\$ 2.756.380,70	R\$ 2.850.180,04	R\$ 3.112.418,84	R\$ 3.283.601,88
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	RS 27.551.880,14	RS 29.067.820,86	RS 50.805.715,47	RS 52.352.329,82
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	RS 24.306.717,45	RS 25.843.556,31	RS 27.053.884,15	RS 28.541.853,32
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	RS 10.777.770,16	RS 11.370.231,05	RS 11.995.593,73	RS 12.655.351,41
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	RS 100,00	RS 105,50	RS 111,30	R\$ 117,42
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	RS 460.053,26	RS 508.458,19	RS 534.211,23	RS 563.690,40
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 3.351.242,34	R\$ 3.503.810,87	R\$ 3.856.875,76	R\$ 3.890.840,77
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	RS 800,00	RS 853,00	RS 667,82	R\$ 704,54
8.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEFINIÇÃO DE RECEITA	-R\$ 8.281.776,32	-R\$ 8.757.274,88	-R\$ 9.217.824,77	-R\$ 9.724.806,73
	TOTAL:	RS 75.435.906,62	RS 79.504.905,00	R\$ 85.902.139,01	R\$ 88.580.056,65

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DO PIRAÍ

Especificação	Estimado 2010	Estimado 2011	Estimado 2012	Estimado 2013	
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	RS 401.005,78	RS 453.081,10	RS 446.320,47	RS 470.877,58
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	RS 11.807.158,11	RS 12.825.349,70	RS 10.319.740,84	RS 14.052.329,85
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	RS 5.357.376,95	RS 5.377.752,72	RS 5.873.508,82	RS 5.585.550,56
	TOTAL DAS RECEITAS	RS 17.465.538,84	RS 18.426.143,52	R\$ 19.429.581,43	R\$ 20.508.758,99

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARRA DO PIRAÍ

Especificação	Estimado 2010	Estimado 2011	Estimado 2012	Estimado 2013
RECEITAS PRÓPRIAS / TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO E CONVÊNIOS	RS 764.481,72	RS 770.958,36	RS 779.377,99	RS 789.102,67
TOTAL DAS RECEITAS	RS 764.481,72	RS 770.958,36	RS 779.377,99	RS 789.102,67

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ

Especificação	Estimado 2010	Estimado 2011	Estimado 2012	Estimado 2013	
1.2.0.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	R\$ 2.911.050,00	R\$ 3.071.157,75	R\$ 3.240.071,43	R\$ 3.118.275,36
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 3.300.300,00	R\$ 3.100.300,00	R\$ 3.359.070,00	R\$ 3.522.724,73
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	RS 500.300,00	RS 527.500,00	RS 556.512,50	RS 587.120,69
7.2.0.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES INTRACORAMENTÁRIAS	R\$ 2.911.050,00	R\$ 3.071.157,75	R\$ 3.240.071,43	R\$ 3.418.275,36
	TOTAL DAS RECEITAS	RS 9.322.100,00	RS 9.834.815,50	R\$ 10.375.730,35	R\$ 10.846.395,52

RECEITAS CONSOLIDADAS

Especificação	Estimado 2010	Estimado 2011	Estimado 2012	Estimado 2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ	RS 75.435.906,62	RS 79.504.905,00	RS 85.902.139,01	RS 88.580.056,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DO PIRAÍ	RS 17.465.538,86	RS 18.426.143,52	RS 19.429.581,43	RS 20.508.758,99
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARRA DO PIRAÍ	RS 764.481,72	RS 770.958,36	RS 779.377,99	RS 789.102,67
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAÍ	R\$ 9.322.100,00	R\$ 9.834.815,50	R\$ 10.375.730,35	R\$ 10.846.395,52
RECEITA BRUTA TOTAL	RS 102.988.107,22	RS 108.616.883,26	RS 114.556.828,77	RS 120.824.313,24
RECEITAS INTRACORAMENTÁRIAS (-)	R\$ 2.911.050,00	R\$ 3.071.157,75	R\$ 3.240.071,43	R\$ 3.118.275,35
RECEITA TOTAL LÍQUIDA	RS 100.077.057,22	RS 105.545.725,51	RS 111.316.757,35	RS 117.406.037,88



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra do Pirai

Demonstrativo III - Cálculo do Repasse ao Legislativo

Código	Especificação	Recurso	Estimado 2010	Estimado 2011	Estimado 2012	Estimado 2013
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Impostos s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	00	R\$ 2.720.952,29	R\$ 2.870.504,67	R\$ 3.028.487,92	R\$ 3.195.054,76
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	00	R\$ 311.886,04	R\$ 328.039,77	R\$ 347.136,96	R\$ 366.229,49
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	00	R\$ 393.829,92	R\$ 415.490,57	R\$ 438.342,55	R\$ 462.451,39
4.1.1.1.2.06.00.00.00.00	Impostos s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir.	00	R\$ 510.557,60	R\$ 538.838,27	R\$ 568.283,37	R\$ 599.517,86
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza	00	R\$ 5.345.226,09	R\$ 5.638.213,52	R\$ 5.949.370,27	R\$ 6.276.585,63
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	00	R\$ 12.112,44	R\$ 12.778,62	R\$ 13.481,45	R\$ 14.222,93
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Ix de Funcionamento Estab. Comerc./Indus/Prest. Serv.	00	R\$ 93.951,37	R\$ 98.129,25	R\$ 104.581,35	R\$ 110.333,33
4.1.1.2.1.26.01.00.00.00	Taxa de Publicidade Comercial - Rec. Ordinários	00	R\$ 44.979,05	R\$ 47.452,90	R\$ 50.062,81	R\$ 52.816,26
4.1.1.2.1.26.02.00.00.00	Taxa de Publicidade Comercial - Rec. Transitó.	51	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00	Tx de Apreensão e Depósito	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.1.2.1.28.00.00.00.00	Tx de Funcionamento de Estab. em Horário Especial	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Ix de Licença para Execução de Obras	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.1.2.1.31.01.00.00.00	Tx de Utilização Área de Domínio Público - Rec. Ord.	00	R\$ 59.562,36	R\$ 62.838,29	R\$ 66.294,40	R\$ 69.940,59
4.1.1.2.1.31.02.00.00.00	Tx Util de Área de Domínio Público - Rec. Translu.	51	R\$ 142.424,86	R\$ 150.258,23	R\$ 158.522,43	R\$ 167.241,16
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Tx de Aprovação do Projeto de Construção Civil	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Tx de Alinhamento e Nivelamento	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.1.2.1.36.00.00.00.00	Tx de Apreensão Depósito ou Liberação de Animais	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	00	R\$ 236,75	R\$ 249,77	R\$ 263,51	R\$ 278,00
4.1.1.2.2.02.00.00.00.00	Taxa de Pedido de Visto em Contr. de Trab. de Estran.	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.1.2.2.21.00.00.00.00	Tx de Serviços Cadastrais	00	R\$ 4.222,04	R\$ 4.454,25	R\$ 4.699,24	R\$ 4.957,69
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Tx de Cumulários	00	R\$ 48.966,16	R\$ 49.549,30	R\$ 52.274,51	R\$ 55.149,61
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	00	R\$ 1.428.723,25	R\$ 1.507.303,03	R\$ 1.590.204,70	R\$ 1.677.665,95
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	00	R\$ 538.196,29	R\$ 567.797,09	R\$ 599.025,93	R\$ 631.972,35
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	00	R\$ 2.160.653,84	R\$ 2.278.489,80	R\$ 2.404.861,74	R\$ 2.537.129,14
4.1.3.1.1.01.00.00.00.00	Aluguel de Imóveis do Município	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.3.1.5.01.00.00.00.00	Tx de Ocupação de Imóveis do Município	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	00	R\$ 18.483.549,34	R\$ 19.500.144,55	R\$ 20.572.652,50	R\$ 21.704.148,39
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	00	R\$ 13.195,49	R\$ 13.921,24	R\$ 14.686,91	R\$ 15.494,69
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	00	R\$ 20.123.645,70	R\$ 21.230.446,21	R\$ 22.398.120,76	R\$ 23.630.017,40
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	00	R\$ 2.568.632,38	R\$ 2.709.907,16	R\$ 2.858.852,95	R\$ 3.016.194,42
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPTU sobre Exportação	00	R\$ 469.926,93	R\$ 485.772,91	R\$ 503.040,42	R\$ 521.807,64
4.1.9.1.1.02.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora - IRPF	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.9.1.1.02.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora - IRRF	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.9.1.1.36.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora - s/ o IPTU	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora - s/ o ITBI	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora - s/ o ISS	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	00	R\$ 560.544,37	R\$ 686.874,31	R\$ 735.202,40	R\$ 775.638,53
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	00	R\$ 1.064.228,19	R\$ 1.122.760,74	R\$ 1.184.512,58	R\$ 1.249.660,77
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	00	R\$ 27.832,14	R\$ 29.382,91	R\$ 30.977,87	R\$ 32.681,65
4.1.9.3.2.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Ocupação	00	R\$ 100,00	R\$ 105,50	R\$ 111,30	R\$ 117,42
	TOTAL:		R\$ 57.228.144,89	R\$ 60.375.692,86	R\$ 63.606.355,97	R\$ 67.199.655,54
	8% das Receitas Incidentes		R\$ 4.578.251,59	R\$ 4.830.055,43	R\$ 5.095.708,48	R\$ 5.375.972,44
	Despesas com Inativos		R\$ 300.000,00	R\$ 316.500,00	R\$ 333.907,50	R\$ 352.272,41
	Repasse para o Legislativo		R\$ 4.878.251,59	R\$ 5.146.555,43	R\$ 5.429.615,98	R\$ 5.728.244,86
	% APLICADO EM CADA EXERCÍCIO (%)		-	5,50	5,50	5,50

CONSTRUINDO UM PPA MUNICIPAL

OFICINA DE TRABALHO

Anexo IV

MODELO SIMPLIFICADO DE CADASTRO DE PROGRAMA

Proposta de Programação Setorial
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA

01. Denominação Revitalização do Ensino Fundamental		
02. Objetivo Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino Fundamental		
03. Público-alvo População de 7 a 14 anos do Município		
04. Unidade Responsável SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
05. Horizonte Temporal <input checked="" type="checkbox"/> Contínuo <input type="checkbox"/> Temporário Início (mm/aaaa) Término (mm/aaaa)		
06. Valor dos Recursos Orçamentários (em R\$ 2005) RS 100.977.920	07. Valor dos Recursos Extra-orçamentários (Em R\$ 2005) R\$ 0	08. Valor do Programa (Em R\$ 2005) RS 100.977.920

INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES

Descrição Unidade de Medida	INDICES		
	Mais Recente	Apurado	Desejado Final do PPA
Taxa de evasão escolar no ensino fundamental % (nº de alunos que concluem o ensino fundamental/nº de alunos matriculados a cada ano)	15%	out/01	5%
Taxa de repetência escolar no ensino fundamental % (alunos reprovados/alunos matriculados)	20%	out/01	8%
Percentual de crianças fora da escola na faixa de 7 a 14 anos % (nº de crianças de 7 a 14 anos fora da escola/nº total de crianças de 7 a 14 anos do Município)	5%	out/01	0%

Fonte: IEMF

Descrição da Ação	Unidade Responsável	Tipo	Meta	Unidade Medida	Ano	Quantidade	Valores (Em R\$ 2005)
Desenvolvimento das atividades curriculares do ensino fundamental	DEPARTAMENTO GERAL DE ENSINO	A	ALUNOS MATRICULADOS	Unidade	2006	26.500	20.954.500,00
					2007	26.800	22.020.000,00
					2008	27.100	22.574.450,00
					2009	28.000	23.961.220,00
					TOTAL	108.400	89.510.170,00
Aquisição de gêneros alimentícios e preparo de refeições para alunos do ensino fundamental	DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	A	REFEIÇÕES DISTRIBUÍDAS	Unidade	2006	12.100.000	2.120.000,00
					2007	12.236.980	2.144.000,00
					2008	12.373.960	2.180.000,00
					2009	12.784.905	2.344.000,00
					TOTAL	49.495.845	8.788.000,00
Distribuição de livros didáticos	DEPARTAMENTO GERAL DE ENSINO	A	LIVROS DISTRIBUÍDOS	Unidade	2006	79.500	397.500,00
					2007	80.400	402.000,00
					2008	84.150	420.750,00
					2009	87.900	439.500,00
					TOTAL	331.950	1.659.750,00
Aquisição de equipamentos para implantação de laboratório de informática	DEPARTAMENTO GERAL DE ENSINO	P	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	Unidade	2006	60	100.000,00
					2007	60	100.000,00
					2008	-	-
					2009	-	-
					TOTAL	120	200.000,00
Aquisição de equipamentos para escolas novas/reformadas	DEPARTAMENTO GERAL DE ENSINO	P	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	Unidade	2006	10	82.000,00
					2007	10	82.000,00
					2008	40	328.000,00
					2009	40	328.000,00
					TOTAL	100	820.000,00
TOTAL DO PROGRAMA NO PPA							100.977.920,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

PPA 2010/2013
DEMONSTRATIVO IV - ESTRUTURA DE PROGRAMAS E ATIVIDADES

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA							
01. Código/Denominação 011 - Programa de Reforma Urbana Sustentável							
02. Objetivo Atender as necessidades da população na oferta de serviços públicos, propiciando maior conforto e qualidade no atendimento das demandas municipais, visando a formação de uma cidade mais justa e sustentável, promovendo ainda a reorganização urbana e melhoramento dos espaços públicos.							
03. Público-alvo Toda a população							
04. Código/Unidade Responsável 12. Secretaria de Obras, Água e Esgoto / 13. Secretaria de Serviços Públicos / 18. Secretaria do Complexo da Califórnia e São José do Turvo							
05. Horizonte Temporal [x] Contínuo [] Temporário Mutissetorial: [x] Sim [] Não Setores Envolvidos: 19. SMMAA							
06. Valor dos Recursos Orçamentários (em R\$ 2009) R\$ 67.301.970,07		07. Valor dos Recursos Extra-orçamentários (Em R\$ 2009) R\$ 30.350.000,00		08. Valor do Programa (Em R\$ 2009) R\$ 97.651.970,07			
INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES							
Descrição Unidade de Medida	ÍNDICES			Mais Recente	Apurado	Desejado Final do PPA	
Índices em apuração				-	-	-	
Descrição da Atividade	Unidade Responsável	Tipo	Meta	Unidade Medida	Ano	Quant.	Valores (Em R\$ 2009)
Desenvolvimento da Política de Planejamento Urbano e Gestão de Obras Públicas	Secretaria de Obras, Água e Esgoto	A	-	-	2010	0	354.000,00
					2011	0	373.470,00
					2012	0	394.010,85
					2013	0	415.681,45
					TOTAL	0	1.537.162,30
Manutenção do Apoio Administrativo	Secretaria de Obras, Água e Esgoto	A	-	-	2010	0	2.540.300,00
					2011	0	2.680.016,50
					2012	0	2.827.417,41
					2013	0	2.982.925,36
					TOTAL	0	11.030.659,27
Desenvolvimento da Política de Serviços Urbanos	Secretaria de Serviços Públicos / Secretaria do Complexo da Califórnia e São José do Turvo	A	-	-	2010	0	4.463.099,99
					2011	0	4.708.570,49
					2012	0	4.967.541,87
					2013	0	5.240.756,67
					TOTAL	0	19.379.969,01
Gestão do Sistema de Coleta de Resíduos Sólidos	Secretaria de Serviços Públicos	A	-	-	2010	0	2.450.000,00
					2011	0	2.584.750,00
					2012	0	2.726.911,25
					2013	0	2.876.891,37
					TOTAL	0	10.638.552,62
Aquisição de Equipamentos para melhoria da Prestação dos Serviços Públicos	Secretaria de Obras, Água e Esgoto / Secretaria de Serviços Públicos	A	Equipamentos adquiridos	unidade	2010	7	2.365.100,00
					2011	0	15.930,50
					2012	0	16.806,68
					2013	0	17.731,04
					TOTAL	7	2.415.568,22
Manutenção do Apoio Administrativo	Secretaria de Serviços Públicos / Secretaria do Complexo da Califórnia e São José do Turvo	A	-	-	2010	0	3.028.300,00
					2011	0	3.194.856,50
					2012	0	3.370.573,61
					2013	0	3.555.955,16
					TOTAL	0	13.149.685,26
Gestão do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto	Secretaria de Obras, Água e Esgoto	A	-	-	2010	0	616.200,00
					2011	0	650.091,00
					2012	0	685.846,01
					2013	0	723.567,54
					TOTAL	0	2.675.704,54
Construção e Reforma de Edificações Públicas	Secretaria de Obras, Água e Esgoto / Secretaria do Serviço Público	P	-	-	2010	0	2.120.100,00
					2011	0	126.705,50
					2012	0	133.674,30
					2013	0	141.026,39
					TOTAL	0	2.521.506,19
Construção, Reforma e Preservação de Áreas Urbanas	Secretaria de Obras, Água e Esgoto / Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura / Secretaria de Serviços Públicos	P	-	-	2010	0	5.720.200,60
					2011	0	3.759.811,63
					2012	0	7.801.601,27
					2013	0	7.845.689,34
					TOTAL	0	25.127.302,85
Construção e Reforma de Vias Públicas	Secretaria de Obras, Água e Esgoto / Secretaria de Serviços Públicos	P	-	-	2010	0	2.181.547,15
					2011	0	2.258.197,76
					2012	0	2.331.442,77
					2013	0	2.404.672,12
					TOTAL	0	9.175.859,80
TOTAL DO PROGRAMA NO PPA							97.651.970,07
VALOR ANUAL						2010	25.838.847,74
						2011	20.352.399,89
						2012	25.255.826,01
						2013	26.204.896,44



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI

PPA 2010/2013
DEMONSTRATIVO IV - ESTRUTURA DE PROGRAMAS E ATIVIDADES

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA							
01. Código/Denominação 014 - Minimizar os Problemas Sociais							
02. Objetivo Implantação de Políticas articuladas com o objetivo de promover novos patamares de desenvolvimento de Política de Assistência Social.							
03. Público-alvo Usuários da Assistência Social							
04. Código/Unidade Responsável 15. Secretaria de Assistência Social / 30.01. Fundo Municipal de Assistência Social / 30.02. Fundo Municipal para Infância e Adolescência							
05. Horizonte Temporal <input checked="" type="checkbox"/> Contínuo <input type="checkbox"/> Temporário Início: (mm/aaaa) Mutissetorial: <input checked="" type="checkbox"/> Sim Término: (mm/aaaa) <input type="checkbox"/> Não Setores Envolvidos: Administração em Geral							
06. Valor dos Recursos Orçamentários (em R\$ 2009) R\$ 9.381.054,34		07. Valor dos Recursos Extra-orçamentários (Em R\$ 2009) R\$ 1.367.900,36		08. Valor do Programa (Em R\$ 2009) R\$ 10.748.954,70			
INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES							
Descrição Unidade de Medida				ÍNDICES			
	Mais Recente	Apurado	Desejado Final do PPA				
Sem indicadores							
Descrição da Atividade	Unidade Responsável	Tipo	Meta	Unidade Medida	Ano	Quant.	Valores (Em R\$ 2009)
Manutenção da Estrutura Municipal de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social	A	-	-	2010	0	111.700,00
					2011	0	117.843,50
					2012	0	124.324,89
					2013	0	131.162,76
					TOTAL	0	485.031,15
Manutenção do Apoio Administrativo	Secretaria de Assistência Social	A	-	-	2010	0	473.100,00
					2011	0	499.120,50
					2012	0	526.572,13
					2013	0	555.533,59
					TOTAL	0	2.054.326,22
Manutenção do Conselho Tutelar	Secretaria de Assistência Social	A	-	-	2010	0	93.500,00
					2011	0	98.642,50
					2012	0	104.067,84
					2013	0	109.791,57
					TOTAL	0	406.001,91
Programa de Atenção ao Idoso	Secretaria de Assistência Social	A	IDOSOS ATENDIDOS	Unidade	2010	30.800	17.721,15
					2011	36.490	18.430,00
					2012	42.780	19.351,50
					2013	49.090	20.415,83
					TOTAL	159.160	75.918,48
Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente	Secretaria de Assistência Social	A	Adolescentes atendidos	Unidade	2010	8.076	917.041,99
					2011	8.832	930.028,13
					2012	10.152	964.141,47
					2013	10.932	1.003.542,39
					TOTAL	37.992	3.814.753,98
Programa de Assistência e Promoção Social	Secretaria de Assistência Social	A	Usuários da Assistência Social Atendidos	Unidade	2010	39.930	198.926,16
					2011	46.080	206.883,20
					2012	53.250	217.227,36
					2013	59.350	229.174,86
					TOTAL	198.610	852.211,58
Programa de Estruturação da Gestão Municipal	Secretaria de Assistência Social	A	Ações realizadas	Unidade	2010	190	4.120,00
					2011	215	4.284,80
					2012	240	4.499,04
					2013	265	4.746,49
					TOTAL	910	17.650,33
Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF/ESTADUAL)	Secretaria de Assistência Social	A	Famílias Atendidas	Unidade	2010	4.320	293.760,00
					2011	4.320	293.760,00
					2012	4.320	293.760,00
					2013	4.320	293.760,00
					TOTAL	17.280	1.175.040,00
Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF/MUNICIPAL)	Secretaria de Assistência Social	A	Famílias Atendidas	Unidade	2010	14.400	39.719,89
					2011	16.800	57.052,38
					2012	19.200	62.352,98
					2013	21.600	68.475,19
					TOTAL	72.000	227.600,44
Programa de Atenção Integral à Família (PAIF/FEDERAL)	Secretaria de Assistência Social	A	Famílias Atendidas	Unidade	2010	7.200	134.971,20
					2011	14.400	140.370,04
					2012	14.400	147.388,55
					2013	14.400	155.494,92
					TOTAL	50.400	578.224,71
Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	Secretaria de Assistência Social	A	Usuários da Assistência Social Atendidos	Unidade	2010	1.962	134.610,04
					2011	1.962	135.594,26
					2012	1.972	136.873,76
					2013	1.982	138.351,58
					TOTAL	7.868	545.429,64
Programa de População Adulta em Situação de Rua e Migrante	Secretaria de Assistência Social	A	Usuários da Assistência Social Atendidos	Unidade	2010	1.500	35.951,12
					2011	1.600	37.389,16
					2012	1.700	39.258,62
					2013	1.800	41.417,84
					TOTAL	6.600	154.016,74
Serviços Eventuais	Secretaria de Assistência Social	A	Usuários da Assistência Social Atendidos	Unidade	2010	148	22.867,03
					2011	170	23.781,71
					2012	185	24.970,79
					2013	200	26.344,18
					TOTAL	703	97.963,71
Programa Bolsa Família	Secretaria de Assistência Social	A	Usuários da Assistência Social Atendidos	Unidade	2010	12.000	61.807,21
					2011	12.500	64.279,50
					2012	13.000	67.493,48
					2013	13.500	71.205,62
					TOTAL	51.000	264.785,81
TOTAL DO PROGRAMA NO PPA							10.748.954,70
VALOR ANUAL						2010	2.539.795,79
						2011	2.627.459,68
						2012	2.732.282,41
						2013	2.849.416,82

Vigilância Sanitária - Vigilância em Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	93.763,99
					2011	0	98.921,01
					2012	0	104.361,66
					2013	0	
					TOTAL	0	385.922,47
Programa Pactuação Integrada PPI - Vigilância em Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	788.594,57
					2011	0	831.967,27
					2012	0	877.725,47
					2013	0	926.000,37
					TOTAL	0	3.424.287,66
Reestruturação das Unidades Básicas de Saúde - PAB Atenção Básica	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	1.817.548,05
					2011	0	1.917.513,19
					2012	0	2.022.976,42
					2013	0	2.134.240,12
					TOTAL	0	7.892.277,78
Reestruturação da Estratégia do Programa de Saúde da Família - PSF - Atenção Básica variável - preconizado pelo MS	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	1.689.908,50
					2011	0	1.782.853,46
					2012	0	1.880.910,40
					2013	0	1.984.360,47
					TOTAL	0	7.338.032,83
Programa DST/AIDS - Vigilância em Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	140.492,24
					2011	0	148.219,31
					2012	0	156.371,38
					2013	0	164.971,80
					TOTAL	0	610.054,73
Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	8.556.462,00
					2011	0	9.027.067,41
					2012	0	9.523.556,12
					2013	0	10.047.351,70
					TOTAL	0	37.154.437,23
Conselho Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	29.540,00
					2011	0	31.164,70
					2012	0	32.878,76
					2013	0	34.687,09
					TOTAL	0	128.270,55
Central de Mandados Judiciais	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	1.107.750,00
					2011	0	1.168.676,25
					2012	0	1.232.953,44
					2013	0	1.300.765,88
					TOTAL	0	4.810.145,58
Centro de Atenção Psicossocial - Alta e Média Complexidade	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	312.280,00
					2011	0	329.455,40
					2012	0	347.575,45
					2013	0	366.692,10
					TOTAL	0	1.356.002,94
Farmácia Básica - Assistência Farmacêutica	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	274.378,14
					2011	0	289.468,94
					2012	0	305.389,73
					2013	0	322.186,17
					TOTAL	0	1.191.422,99
Pólo de Emergência	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	717.400,00
					2011	0	756.857,00
					2012	0	798.484,14
					2013	0	842.400,76
					TOTAL	0	3.115.141,90
Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação - FAEC	Secretaria Municipal de Saúde	A	-	-	2010	0	3.628.546,79
					2011	0	3.828.116,86
					2012	0	4.038.663,29
					2013	0	4.260.789,77
					TOTAL	0	15.756.116,70
TOTAL DO PROGRAMA NO PPA							135.394.205,55
VALOR ANUAL						2010	31.180.538,88
						2011	32.895.468,52
						2012	34.704.719,29
						2013	36.613.478,85



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI

**PPA 2010/2013
ESTRUTURA DE PROGRAMAS E ATIVIDADES
Demonstrativo V - Consolidação dos Programas**

Programa	Exercício	Valor Total
000 - Outras Operações Especiais	2010	R\$ 1.955.501,48
	2011	R\$ 2.063.054,06
	2012	R\$ 2.176.522,03
	2013	R\$ 2.286.230,74
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 8.491.308,31
001 - Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - PMDES	2010	R\$ 700.690,00
	2011	R\$ 690.280,26
	2012	R\$ 747.645,66
	2013	R\$ 754.736,18
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 2.927.212,09
002 - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado	2010	R\$ 190.003,01
	2011	R\$ 194.953,18
	2012	R\$ 250.175,60
	2013	R\$ 255.635,26
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 890.817,04
003 - Programa de Gestão Pública e Administrativa	2010	R\$ 4.609.375,00
	2011	R\$ 4.060.140,63
	2012	R\$ 5.124.690,36
	2013	R\$ 5.403.800,77
TOTAL DO PROGRAMA		RS 19.998.020,75
004 - Programa de Inclusão Digital e Difusão Tecnológica	2010	R\$ 673.500,00
	2011	R\$ 399.092,50
	2012	R\$ 425.542,50
	2013	R\$ 452.897,43
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 1.951.032,52
005 - Programa de Saneamento Ambiental	2010	R\$ 2.327.170,43
	2011	R\$ 1.909.230,99
	2012	R\$ 1.942.738,89
	2013	R\$ 2.028.089,32
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 8.207.529,13
006 - Programa de Gestão Educacional Municipal	2010	RS 20.458.514,77
	2011	RS 21.575.758,05
	2012	RS 22.754.449,78
	2013	RS 23.997.989,51
TOTAL DO PROGRAMA		RS 88.786.692,14
007 - Programa de Gestão Previdenciária	2010	R\$ 9.322.100,00
	2011	R\$ 9.834.815,50
	2012	RS 10.375.730,35
	2013	RS 10.945.395,52
TOTAL DO PROGRAMA		RS 40.479.041,37
008 - Programa de Gestão e Valorização do Servidor Público Municipal	2010	R\$ 4.003.700,00
	2011	R\$ 4.242.253,50
	2012	R\$ 4.492.027,44
	2013	R\$ 4.716.082,95
TOTAL DO PROGRAMA		RS 17.454.063,89
009 - Programa Municipal de Habitação - PROHAB	2010	R\$ 300.600,00
	2011	R\$ 303.383,00
	2012	R\$ 306.315,07
	2013	RS 50.410,61
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 969.718,68
010 - Programa Cidade do Turismo e Cultura	2010	R\$ 858.162,00
	2011	R\$ 889.500,91
	2012	R\$ 924.673,40
	2013	R\$ 967.726,50
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 3.639.118,87
011 - Programa de Reforma Urbana Sustentável	2010	RS 25.538.847,74
	2011	RS 20.352.399,89
	2012	RS 20.255.529,01
	2013	RS 26.294.596,44
TOTAL DO PROGRAMA		RS 97.551.970,07
012 - Programa Municipal de Transporte e Trânsito	2010	R\$ 927.947,95
	2011	R\$ 467.465,09
	2012	R\$ 476.316,77
	2013	R\$ 502.514,19
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 1.858.263,99

Programa	Exercício	Valor Total
013 - Programa de Gestão Fazendária	2010	R\$ 2.908.698,88
	2011	R\$ 3.170.877,32
	2012	R\$ 3.281.975,57
	2013	R\$ 3.462.484,23
TOTAL DO PROGRAMA		RS 12.804.036,00
014 - Minimizar os Problemas Sociais	2010	R\$ 2.539.785,79
	2011	R\$ 2.627.458,68
	2012	R\$ 2.732.282,41
	2013	R\$ 2.049.416,02
TOTAL DO PROGRAMA		RS 10.748.954,70
015 - Programa de Ação Legislativa	2010	R\$ 4.878.251,58
	2011	R\$ 5.146.555,43
	2012	R\$ 5.429.615,98
	2013	R\$ 5.728.244,85
TOTAL DO PROGRAMA		RS 21.182.667,85
016 - Programa de Defesa do Interesse Público, Cumprimento da Lei e Fortalecimento da Gestão	2010	R\$ 713.900,00
	2011	R\$ 753.164,50
	2012	R\$ 794.528,55
	2013	R\$ 835.290,92
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 3.099.943,97
017 - Programa de Ordem e Segurança Pública	2010	R\$ 1.031.000,00
	2011	R\$ 1.182.838,00
	2012	R\$ 1.036.897,09
	2013	R\$ 1.093.923,26
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 4.345.255,35
018 - Programa Meio Ambiente Sustentável	2010	R\$ 1.173.050,00
	2011	R\$ 1.522.417,75
	2012	R\$ 1.606.150,73
	2013	R\$ 1.694.489,02
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 6.266.107,49
019 - Programa de Difusão da Prática do Esportes	2010	R\$ 482.300,00
	2011	R\$ 508.826,50
	2012	R\$ 536.811,96
	2013	R\$ 566.336,62
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 2.094.275,07
020 - Promoção de Ações e Serviços de Saúde	2010	RS 31.180.538,85
	2011	RS 32.895.488,52
	2012	RS 34.704.719,29
	2013	RS 36.813.478,85
TOTAL DO PROGRAMA		R\$ 135.394.205,55

RESUMO DA DESPESA DOS PROGRAMAS		
Programa	Valor Total	
000 - Outras Operações Especiais	R\$ 8.491.308,31	
001 - Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - PMDES	R\$ 2.927.212,09	
002 - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado	RS 890.817,04	
003 - Programa de Gestão Pública e Administrativa	R\$ 19.998.020,75	
004 - Programa de Inclusão Digital e Difusão Tecnológica	R\$ 1.951.032,52	
005 - Programa de Saneamento Ambiental	R\$ 8.207.529,13	
006 - Programa de Gestão Educacional Municipal	R\$ 88.786.692,14	
007 - Programa de Gestão Previdenciária	RS 40.479.041,37	
008 - Programa de Gestão e Valorização do Servidor Público Municipal	R\$ 17.454.063,89	
009 - Programa Municipal de Habitação - PROHAB	RS 969.718,68	
010 - Programa Cidade do Turismo e Cultura	R\$ 3.639.118,87	
011 - Programa de Reforma Urbana Sustentável	RS 97.551.970,07	
012 - Programa Municipal de Transporte e Trânsito	R\$ 1.858.263,99	
013 - Programa de Gestão Fazendária	R\$ 12.804.036,00	
014 - Minimizar os Problemas Sociais	R\$ 10.748.954,70	
015 - Programa de Ação Legislativa	R\$ 21.182.667,85	
016 - Programa de Defesa do Interesse Público, Cumprimento da Lei e Fortalecimento da Gestão	R\$ 3.099.943,97	
017 - Programa de Ordem e Segurança Pública	R\$ 4.345.255,35	
018 - Programa Meio Ambiente Sustentável	R\$ 6.266.107,49	
019 - Programa de Difusão da Prática do Esportes	R\$ 2.094.275,07	
020 - Promoção de Ações e Serviços de Saúde	R\$ 135.394.205,55	
TOTAL DO PPA	R\$ 489.234.032,85	
Recursos Orçamentário	R\$ 311.591.925,94	
Recursos Extra-Orçam.	R\$ 177.642.105,91	

RESUMO DA DESPESA DOS PROGRAMAS - POR EXERCÍCIO			
Exercício	Orçamento Bruto		Extraorçamentária
	2010	R\$ 102.988.107,22	
2011	R\$ 108.616.883,26	R\$ 6.897.072,00	
2012	R\$ 114.556.828,77	R\$ 10.913.675,60	
2013	R\$ 120.824.313,24	R\$ 10.642.852,76	

Exercício	Orçamento Líquido		Desp. Intraorçamentária
	2010	R\$ 100.077.057,22	
2011	R\$ 105.545.725,61	R\$ 3.071.157,75	
2012	R\$ 111.316.757,35	R\$ 3.240.071,43	
2013	R\$ 117.405.937,85	R\$ 3.418.275,35	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

PPA 2010/2013
ESTRUTURA DE PROGRAMAS E ATIVIDADES
Demonstrativo VI - Resumo Geral do PPA

Exercício de 2010

RECEITAS

Especificação	Valor
Receita Orçamentária	R\$ 102.988.107,22
Receitas Intraorçamentárias (-)	-R\$ 2.911.050,00
Receita Extraorçamentária	R\$ 13.894.300,00
Receita Total do PPA	R\$ 113.971.357,22
Receita Orçamentária Líquida Total do PPA	R\$ 100.077.057,22

DESPESAS

Especificação	Valor
Despesa Orçamentária	R\$ 102.988.107,22
Despesa Intraorçamentárias (-)	-R\$ 2.911.050,00
Despesa Extraorçamentária	R\$ 13.894.300,00
Despesa Total do PPA	R\$ 113.971.357,22
Despesa Orçamentária Líquida Total do PPA	R\$ 100.077.057,22

Exercício de 2011

RECEITAS

Especificação	Valor
Receita Orçamentária	R\$ 108.616.883,26
Receitas Intraorçamentárias (-)	-R\$ 3.071.157,75
Receita Extraorçamentária	R\$ 6.897.072,00
Receita Total do PPA	R\$ 112.442.797,51
Receita Orçamentária Líquida Total do PPA	R\$ 105.545.725,51

DESPESAS

Especificação	Valor
Despesa Orçamentária	R\$ 108.616.883,26
Despesa Intraorçamentárias (-)	-R\$ 3.071.157,75
Despesa Extraorçamentária	R\$ 6.897.072,00
Despesa Total do PPA	R\$ 112.442.797,51
Despesa Orçamentária Líquida Total do PPA	R\$ 105.545.725,51

Exercício de 2012

RECEITAS

Especificação	Valor
Receita Orçamentária	R\$ 114.556.828,77
Receitas Intraorçamentárias (-)	-R\$ 3.240.071,43

Receita Extraorçamentária	R\$ 10.813.675,60
Receita Total do PPA	R\$ 122.130.432,95
Receita Orçamentária Líquida Total do PPA	R\$ 111.316.757,35

DESPESAS

Especificação	Valor
Despesa Orçamentária	R\$ 114.556.828,77
Despesa Intraorçamentárias (-)	-R\$ 3.240.071,43
Despesa Extraorçamentária	R\$ 10.813.675,60
Despesa Total do PPA	R\$ 122.130.432,95
Despesa Orçamentária Líquida Total do PPA	R\$ 111.316.757,35

Exercício de 2013**RECEITAS**

Especificação	Valor
Receita Orçamentária	R\$ 120.824.313,24
Receitas Intraorçamentárias (-)	-R\$ 3.418.275,35
Receita Extraorçamentária	R\$ 10.642.852,76
Receita Total do PPA	R\$ 128.048.890,64
Receita Orçamentária Líquida Total do PPA	R\$ 117.406.037,88

DESPESAS

Especificação	Valor
Despesa Orçamentária	R\$ 120.824.313,24
Despesa Intraorçamentárias (-)	-R\$ 3.418.275,35
Despesa Extraorçamentária	R\$ 10.642.852,76
Despesa Total do PPA	R\$ 128.048.890,64
Despesa Orçamentária Líquida Total do PPA	R\$ 117.406.037,88

RESULTADO CONSOLIDADO - 2010/2013**RECEITAS**

Especificação	Valor
Receita Orçamentária	R\$ 446.986.132,49
Receitas Intraorçamentárias (-)	-R\$ 12.640.554,53
Receita Extraorçamentária	R\$ 42.247.900,36
Receita Total do PPA	R\$ 476.593.478,32
Receita Orçamentária Líquida Total do PPA	R\$ 434.345.577,96

DESPESAS

Especificação	Valor
Despesa Orçamentária	R\$ 446.986.132,49
Despesa Intraorçamentárias (-)	-R\$ 12.640.554,53
Despesa Extraorçamentária	R\$ 42.247.900,36
Despesa Total do PPA	R\$ 476.593.478,32
Despesa Orçamentária Líquida Total do PPA	R\$ 434.345.577,96